

Anais dos eventos da Anped e da Anpae (2000-2008) e o estado da temática gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados

Records of Anped and Anpae conferences (2000-2008) and the state of educational management, school autonomy and school boards

Anales de los eventos de Anped y Anpae (2000-2008) y el estado del tema gestión, autonomía escolar y órganos colegiados

DONALDO BELLO DE SOUZA

Resumo: Este artigo examina os trabalhos publicados em anais de eventos científicos da ANPED e da ANPAE sobre processos de gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados, no período 2001-2008. Resulta de pesquisa sobre o estado da arte da temática. Como perfil geral desta produção aponta-se: incidência de trabalhos nos anais de eventos da ANPAE, majoritariamente realizados no Sul e no Sudeste, que sugere possíveis desigualdades na distribuição do saber; prevalência de estudos sobre relações e práticas intra-escolares e, em menor escala, trabalhos articulados ao enfoque de programas governamentais e não-governamentais, a espaços e canais de participação intra-escolar e ao desenvolvimento teórico e conceitual.

Palavras-chave: estado da arte; processos de gestão; autonomia escolar; órgãos colegiados; anais de eventos científicos.

Abstract: This article aims at examining the papers presented at national scientific conferences organized by ANPED and ANPAE (2000-2008) on school management processes, school autonomy, and school boards. Data were collected for a broader survey about the state of the art in the field. A general profile of the academic production indicates: papers presented at ANPAE's national conferences, which have been largely held in the South and in the Southeast, suggest possible inequalities in knowledge distribution; prevailing studies on intra-school relations and practices and, to a smaller scale, papers related to governmental and non-governmental programs, to spaces and channels of intra-school participation, and to conceptual developments.

Keywords: state of the art; management processes; school autonomy; school boards; annals of scientific events.

Resumen: El artículo examina los trabajos publicados en anales de eventos científicos realizados por ANPED y ANPAE (2000-2008) sobre procesos de gestión, autonomía escolar y órganos colegiados. El estudio es parte de una investigación sobre el estado del conocimiento del campo. El trazado del perfil general de esa producción indica: los trabajos publicados en los anales de ANPAE, en eventos mayoritariamente realizados en las Regiones Sur y Sudeste, sugieren posibles desigualdades en la distribución del saber; predominancia

de estudios dedicados al examen de las relaciones y prácticas intra-escolares y, en menor escala, trabajos articulados a los programas gubernamentales y no-gubernamentales, los espacios y canales de participación intra-escolar y al desarrollo teórico y conceptual.

Palabras clave: estado del arte; procesos de gestión; autonomía escolar; órganos colegiados; anales de eventos científicos.

INTRODUÇÃO

Ao final dos anos 1980, a nova Constituição Federal (CF) (BRASIL, 1988) irá redefinir, entre outras dimensões, o papel institucional que os diferentes níveis de poder (União, Distrito Federal, estados e municípios) deveriam assumir, inaugurando um novo ordenamento jurídico, agora ancorado em um novo pacto federativo (ARRETCHE, 2002a e 2002b; NOGUEIRA, 1997).

Com isto, a qualidade democrática das relações atinentes aos entes federados e, em especial, ao binômio Estado-Sociedade passará a ser tomada enquanto importante determinante dos processos de transferência do poder decisório central (descentralização) para o local (por exemplo, dos governos federal e estadual para o municipal, das secretarias de educação para as unidades escolares, ou desses governos ou escolas para a sociedade civil), podendo, contudo, ser reduzida ao simples deslocamento de problemas e encargos (desconcentração) (CASASSUS, 1995; SOUZA; CARVALHO, 1999). A um só tempo, em nome de uma pseudo-descentralização, podem igualmente ocorrer ações de privatização, terceirização ou publicização dos serviços públicos (PERONI, 2003 e 2008), com forte apelo às práticas sociais voluntárias de apoio à escola, de caráter tipicamente assistencial (CALDERÓN; MARIM, 2002 e 2003), mas com elevado controle dos níveis superiores do governo sobre os fluxos financeiros e as transferências de recursos intergovernamentais (GONÇALVES, 1998), visivelmente ancorado na manutenção da centralização normativa e política em relação à instância executora (MONTAÑO, 2003; VIEIRA; FARIAS, 2007).

Entre outros aspectos, esse cenário favorecerá o emergir de novos processos de gestão da escola, agora, pelo menos declaradamente, orientados segundo princípios da gestão democrática (PAZETO; WITTMANN, 2001), com foco na construção da autonomia das unidades escolares (administrativa, pedagógica, financeira, entre outras) (MARTINS, 2002) e de um crescente envolvimento da comunidade local (professores, funcionários, pais de alunos e outros segmentos sociais) com a ambiência escolar, especialmente por intermédio de determinadas instâncias colegiadas (SCHEINVAR; ALGEBAIL, 2004).

Coeso à importância que as questões acima passam a assumir na esfera da legislação, da prática e igualmente dos estudos voltados para a gestão/administração da educação no Brasil, o presente artigo visa ao exame quantitativo e qualitativo dos trabalhos publicados em anais de eventos científicos levados nacionalmente a efeito pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), no período 2000-2008, articulados à temática “Processos de gestão, autonomia escolar e órgãos

colegiados”, constituindo-se em parte integrante de um levantamento de maior amplitude documental dirigido à elaboração do seu Estado da Arte,¹⁴ efetuado no âmbito da Fundação Carlos Chagas (FCC), também com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (MARTINS, 2010). No primeiro caso, foram examinados os anais dos simpósios brasileiros de política e administração da educação da Anpae, realizados nos anos de 2001, 2005 e 2007,¹⁵ disponíveis em CD-ROM (SIMPÓSIO, 2001, 2005 e 2007), enquanto que no segundo caso foram verificados os anais, disponibilizados na internet, da 23^a à 31^a reunião anual da Anped, com foco no grupo de trabalho (GT) Estado e Política Educacional (REUNIÃO, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008), culminando na triagem final de 130 referências.

De um modo geral, o exame desses trabalhos revelou que consistem em pesquisas de natureza qualitativa, não se tendo identificado nenhum estudo nessa classe de fonte documental que remetesse a abordagens de cunho quantitativo. Pautam-se tipicamente na realização de pesquisas de campo, sob formato descritivo ou de casos simples e múltiplos, e, com menor incidência, estudos teórico-conceituais e que impliquem intervenção social direta. Constituem-se tipicamente multimetodológicos, apoiados na análise de dados provenientes, dependendo do caso, da coleta de documentos (legislações, atas e/ou estatutos, programas e projetos); da aplicação de questionários uniformizados e não uniformizados junto aos profissionais da educação e à comunidade pertencente ao entorno escolar e, ainda, de observações focadas no cotidiano escolar.

As análises aqui realizadas principiam com base no exame da distribuição dos trabalhos selecionados entre aquelas duas associações (Anped e Anpae), por região do país na qual o evento foi realizado e segundo a classificação categorial temática empregada, evoluindo, em seguida, para a abordagem qualitativa em torno das quatro categorias que servem à distribuição temática dos trabalhos em tela (relações e práticas intraescolares, programas e projetos governamentais e não governamentais, espaços e canais de participação intraescolar e teorias e conceitos), descrevendo-se os seus respectivos conteúdos por intermédio do conjunto de subtemas/subcategorias que os definem e pelos seus respectivos descritores; ao final são tecidas conclusões acerca das considerações até então efetuadas.¹⁶

¹⁴ A referida pesquisa foi coordenada por Ângela Maria Martins (Fundação Carlos Chagas), com participação deste autor e de Cleiton de Oliveira (Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep) enquanto pesquisadores convidados, ao lado dos colegas Valéria Virgínia Lopes (Cepppe/USP), Vandrê Gomes da Silva (FCC) e Marialva Rossi Tavares (FCC). Este artigo, portanto, consiste numa versão adaptada das análises e conclusões realizadas por esse autor, originalmente publicadas em coletânea dedicada àquela investigação que, além dos anais, considerou o exame de dissertações e teses, periódicos científicos e livros (*cf.* MARTINS, 2010).

¹⁵ O XXI Simpósio Brasileiro e o III Congresso Luso-Brasileiro não divulgaram os trabalhos apresentados na forma de CD-ROM, não vindo a integrar, portanto, este levantamento.

¹⁶ Em virtude de limitações editoriais, não foi possível incluir na listagem de referências deste artigo a indicação bibliográfica dos 130 trabalhos analisados; essa, contudo, pode ser consul-

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E CATEGORIAL

Do total de 130 trabalhos selecionados, coesos à temática deste estudo, 85% (111) concernem aos anais dos simpósios da Anpae, enquanto que apenas 15% (19) derivaram dos anais relativos às reuniões da Anped, exprimindo a vocação e especialidade da primeira entidade no trato das questões que balizam o presente estudo, configurando-a enquanto espaço privilegiado para esses debates, em que pese o fato de o GT Estado e Política Educacional da Anped expor certa tradição de discussões nessa área, mesmo que com menor escala de trabalhos. Tal desproporção se explica pelo fato de que, segundo Severino (2000), os eventos organizados em torno da modalidade de simpósio destinam-se a especialistas que se reúnem para a discussão de um determinado tema, como no caso da Anpae, que congrega discentes e docentes pesquisadores em política e administração da educação, enquanto que as reuniões, formato de evento praticado pela Anped, remetem a um sentido similar ao que norteia os encontros e congressos, caracterizando-se por uma maior abrangência temática na área de conhecimento à qual se encontram vinculados, motivo pelo qual trabalhos vinculados à temática central deste estudo vieram a ser examinados na esfera de um único GT.

A realização desses eventos expõe ainda alguns contrastes expressivos, em termos das regiões nas quais foram levados a efeito, conforme mostrado no Gráfico 1. Reproduzindo as já conhecidas desigualdades entre as regiões do país, a quase totalidade (117; 70%) dos eventos em tela concentra-se nas regiões sul (77; 59%) e sudeste (40; 31%), com baixíssima incidência de ocorrência na região nordeste (13; 10%), a par da inexistência de eventos constatada nas regiões norte e centro-oeste.

Essa maior densidade de trabalhos na região sul se deve, em exclusivo, à realização do XXIII Simpósio Brasileiro da Anpae, em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul (RS), em 2007, expondo correspondência ao pico desses trabalhos identificado no Gráfico 1. No caso da região sudeste, sobressaem as reuniões anuais da Anped (da 23^a, em 2000, à 31^a, em 2008), tradicionalmente realizadas no estado de Minas Gerais (MG), ao lado do XXII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação da Anpae, efetivado na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro (RJ), em 2005. Por seu turno, a região norte indica somente ocorrência do XX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, em Salvador, estado da Bahia (BA), no ano de 2001.

Do ponto de vista qualitativo, as 130 referências em tela foram classificadas a partir das quatro categorias que definem a temática deste trabalho, conforme ilustrado no Gráfico 2. Desse conjunto, nota-se que mais da metade remete à temática das “relações e práticas intraescolares” (79; 61%), seguida das referências que se voltam

tada em Martins (2010) ou no banco de dados da Fundação Carlos Chagas (<<http://www.fcc.org.br/>>), que reúne o conjunto das 753 referências que serviram ao delineamento do estado da arte sobre a temática “Processos de gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados”.

para o exame de “programas e projetos governamentais e não governamentais” (34; 26%) e, com baixa incidência, aquelas relacionadas aos “espaços e canais de participação intraescolar” (11; 9%) e à reflexão em torno de “teorias e conceitos” relativos à gestão/administração da educação (6; 5%).

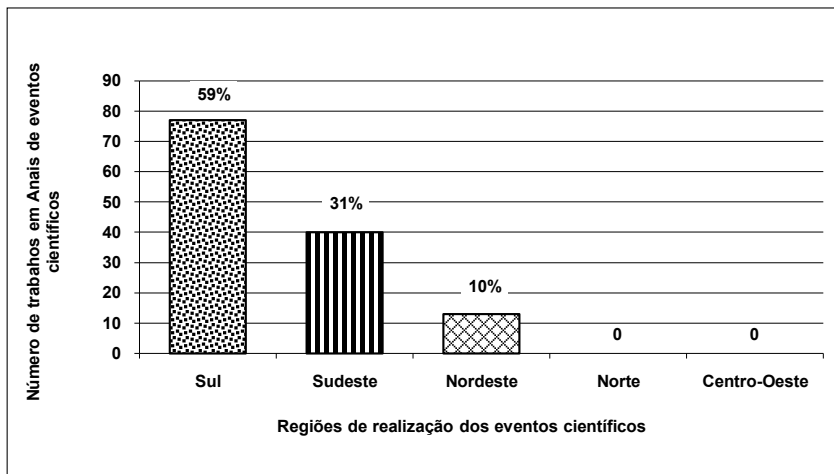


Gráfico 1 – Número de trabalhos em anais de eventos científicos por região de realização – 2000-2008

Fonte: O autor.

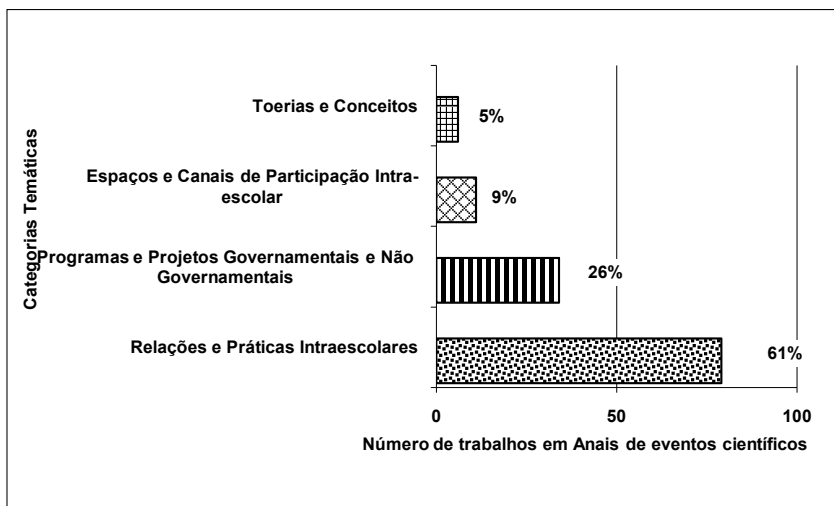


Gráfico 2 – Número de trabalhos em anais de eventos científicos por categoria temática – 2000-2008

Fonte: O autor.

RELAÇÕES E PRÁTICAS INTRAESCOLARES

De acordo com o sinalizado no Gráfico 2 acima, “relações e práticas intraescolares” é a categoria que reúne o maior quantitativo de trabalhos (79; 61%), caracterizando-se, de modo amplo, pelo exame das múltiplas dimensões que marcam as relações e práticas de gestão/administração no interior da escola. Esses trabalhos apontam ainda análises específicas em torno dos processos de gestão escolar, da concepção e implantação do projeto político-pedagógico (PPP), do planejamento da educação, da relação escola-pais de alunos, da avaliação institucional e da atuação do gestor e/ou equipes de gestão, o que configura um quadro abrangente de subcategorias constitutivas da temática em tela, em que pese a pulverização desses estudos em torno de cinco daquelas seis subcategorias, concentrando-se os outros na subcategoria “processos de gestão”.

São trabalhos que se voltam para o exame dos mecanismos de participação que favorecem o envolvimento e responsabilização da sociedade civil em relação a algumas dimensões das políticas públicas (MENEZES, 2001; JACOBI, 2002 e 2008; NOGUEIRA, 1997), resultado não apenas da racionalidade econômico-liberal que passará a modular a formulação das políticas sociais no país a partir da segunda metade dos anos 1990 (SAVIANI, 1999), mas também enquanto expressão da influência de diversos movimentos democrático-populares iniciados ao longo dos idos de 1960 e 1970, manifestos em várias frentes de lutas sociais (CALDERÓN; MARIM, 2002) que, na década de 1980, irão se somar às experiências advindas de novas formas de associativismo (GOHN, 1998), logrando êxito em estabelecer pressões em prol de ideais democráticos e de institucionalização de canais de participação popular na gestão pública (GOHN, 2001 e 2006).

A subcategoria “processos de gestão”, que concentra a maior parcela dos estudos constitutivos da categoria “relações e práticas intraescolares”, será aqui discutida por intermédio de dois subgrupos de trabalhos. Um primeiro dedicado, em exclusivo, aos estudos que problematizam a gestão democrática; isto em virtude do seu elevado quantitativo em relação aos demais descritores dessa subcategoria; um segundo conjunto abarca referências com menor ocorrência relativa nessa subcategoria, porém de importância central para a definição do seu conteúdo, pois reúne trabalhos que versam sobre os impactos dos processos de gestão na dimensão pedagógica, as influências da perspectiva empresarial/gerencial nesses processos, as formas de sua regulação e controle, as relações com a autonomia escolar e os seus impactos na cultura e no clima organizacional das instituições escolares.

Os trabalhos que tratam da gestão democrática adensam-se, expressivamente, em torno da descrição e/ou análise do processo de implantação de medidas ditas democratizantes dos sistemas educacionais, geralmente tomando-as enquanto construção de espaços plurais de poder e de negociações de conflitos, assumindo por foco os impactos gerados no âmbito do cotidiano das escolas públicas de educação

básica pertencentes às redes estadual e municipal, envolvendo também escolas agrícolas, aquelas diretamente vinculadas aos movimentos sociais e, de modo híbrido, territórios de pesquisa que abarcam escolas estaduais e municipais. Outros trabalhos tomam por alvo de análise os mecanismos de participação implantados ao longo de determinados processos relacionados à democratização da gestão educacional local, também visando identificar as concepções e percepções sobre esse processo a partir dos diversos membros da comunidade escolar. Somam-se a estes, trabalhos que visam deflagrar processos de intervenção voltados ao incremento do potencial dessas e de outras práticas democráticas de gestão, assim como aqueles estudos que discutem as múltiplas dimensões da democratização da educação, em geral, e da escola, em particular, a exemplo das reflexões em torno das dificuldades que marcam a sua universalização no país, da problematização do próprio conceito de gestão, da natureza do processo de produção pedagógica escolar, das influências decorrentes das transformações no mundo do trabalho e, ainda, os trabalhos que se voltam para o exame integrado de alguns dos componentes da gestão democrática, como as associações de pais e mestres (APM), os conselhos escolares, os grêmios estudantis, as eleições para diretor e o projeto político-pedagógico (PPP).

Além da problemática da gestão democrática acima delineada, a subcategoria “processos de gestão” abarca outros cinco subgrupos de trabalhos, embora com incidência mais reduzida em relação ao quantitativo anteriormente identificado. Trata-se de estudos: i) que discutem aspectos da gestão escolar que podem se refletir na qualidade da educação pública, no sentido da sua excelência, buscando estabelecer relações: entre as dimensões pedagógica e administrativa, sob perspectiva teórico-conceitual e geral; entre qualidade do ensino e fatores como: projeto escolar, planejamento, organização do trabalho e gestão democrática; entre sucesso escolar e aspectos como: autonomia, clima, presença de liderança, ênfase no ensino-aprendizagem e desenvolvimento profissional dos professores; e, ainda, entre evasão escolar e determinadas variáveis apresentadas como passíveis de serem gerenciadas pelo gestor educacional de modo a minorar o fenômeno do abandono escolar; ii) que problematizam a organização da educação pautada em princípios que servem ao trato das mercadorias, segundo a lógica e necessidades, portanto, do setor produtivo e, ainda, que a tratam como espaço isento de contradições, apolítico e neutro, discutindo, com isto, as influências ideológicas que subjazem à gestão/administração empresarial (perspectiva gerencial) no espaço escolar, também à luz da crítica a três conjuntos de concepções teóricas da administração das empresas (taylor-ford-fayol, estruturalismo e toyotismo); iii) que analisam a questão da gestão/administração escolar com base em diferentes noções sobre os processos de regulação e controle que incidem sobre essa instituição, a exemplo do emprego da teoria da regulação em ciência política, dos conceitos de controle e dominação da teoria crítica e das perspectivas sobre a sociedade de controle; iv) que buscam investigar os limites e as possibilidades da gestão autônoma da escola pública frente aos paradoxos postos

pelas políticas da área e sua materialização pelos educadores, especialmente no que remete às mudanças na prática curricular da escola; e, por fim, v) que visam analisar, a partir dos aspectos da cultura organizacional e da gestão, eixos norteadores das ações empreendidas pelos gestores escolares.

Uma segunda subcategoria pertencente à classe “relações e práticas intraescolares” congrega referências que versam sobre o PPP, em linhas gerais, tratado como um importante instrumento da gestão escolar, aqui focado a partir da sua elaboração e desenvolvimento, dos processos de participação que pode envolver e, com menor frequência, com foco na atuação dos gestores e na sua representação social. Sob a ótica da elaboração e desenvolvimento do PPP, esses trabalhos discutem seus limites estruturais e institucionais, descrevem experiências em torno do seu processo de gestão e formulam propostas para o seu desenvolvimento e ressignificação. Já os trabalhos que elegem como questão central os processos de participação o fazem na perspectiva do exame da participação de docentes na elaboração do PPP, da sinalização de sua importância para o empoderamento da comunidade escolar e, ainda, visando compreender os seus desdobramentos no conjunto das práticas escolares. Com frequência unitária, um penúltimo estudo desta subcategoria visa à análise do perfil do gestor escolar que conduz o processo de elaboração do PPP, enquanto que o último trabalho se utiliza da teoria das representações sociais para buscar verificar como o PPP é entendido por determinados membros da comunidade escolar, sua relação com a construção da autonomia da escola, além do papel que desempenha na instituição de relações democráticas no cotidiano escolar.

O “planejamento educacional” também veio a se constituir em subtemática do levantamento em questão, sendo tratado na esfera do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), dos processos decisórios e da constituinte escolar. No primeiro caso, os trabalhos tomam por foco o principal projeto do Fundo de Desenvolvimento da Escola (Fundescola), o PDE, criado e administrado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Banco Mundial (BM), que visa ao fortalecimento da gestão do sistema de educação e da gestão escolar nas regiões norte, nordeste e centro-oeste. O PDE é então abordado a partir do exame crítico de sua implementação no estado de Goiás (GO) e, em termos teórico-conceituais, em torno dos seus benefícios para o processo de gestão e de autonomia da escola, incluindo, ainda, um terceiro trabalho de caráter mais descritivo acerca desse plano. Já na esfera dos processos decisórios, nota-se que se trata de trabalhos que, de um lado, examinam o planejamento escolar enquanto procedimento que pode vir a dar coerência àqueles processos, pois é visto como capaz de sistematizar ações a partir da articulação de demandas com as orientações dos órgãos centrais, e, de outro lado, discutem os confrontos que ocorrem entre as decisões originadas dos processos de regulação do poder central e as predisposições e ações advindas dos diversos atores sociais envolvidos com a microrregulação local. Por fim, a subcategoria em tela é composta por mais um trabalho, agora relativo à constituinte escolar, que toma por questão a tensão entre a proposta oficial de sua

realização, política implementada no estado do Rio Grande do Sul (RS), no período 1999-2002, e a sua forma de materialização na escola propriamente dita.

Na sequência, a “relação escola-pais de alunos” é tratada nessa subcategoria a partir dos estudos que enfocam, de um lado, as concepções e estratégias que marcam a comunicação entre a instituição escolar e os pais dos alunos propriamente ditos, e, de outro, os impactos dessa aproximação no âmbito da qualidade do ensino. No que diz respeito aos primeiros estudos, desponta a discussão sobre as práticas e os níveis diferenciados de distanciamento entre a escola e os pais, levando em conta ainda o exame das influências dos recursos tecnológicos nesse processo, ao lado de trabalho que problematiza as possibilidades e os impedimentos dessa aproximação, enfocando-a tanto com base no tipo de circulação das informações praticado, quanto pelos procedimentos adotados pela direção da escola. Os outros estudos concentram-se na investigação dessa maior aproximação dos pais com o cotidiano escolar de modo a relacioná-la com a possibilidade de incremento da qualidade da educação, no sentido de sua excelência, seja na esfera das escolas do campo, seja no âmbito da constituição de empreendimentos cooperativos levados a efeito por esses pais, concebidos como alternativas de excelência à educação pública e privada.

A quinta subcategoria remete aos trabalhos sobre a “avaliação institucional” que, de modo amplo e sob diferentes formas, examinam a importância da construção coletiva do conhecimento sobre o processo de avaliação institucional, na perspectiva da gestão democrática, tomando-a também enquanto instrumento privilegiado nos vários processos de gestão/administração escolar. Esses trabalhos se caracterizam também por privilegiar o exame da modalidade de avaliação-interna e por colocarem na pauta de discussão o envolvimento da comunidade educacional nesse processo. No primeiro caso, as referências contemplam a discussão sobre o processo de implantação dessa modalidade de avaliação na rede estadual de educação básica, pautada em escolas do estado do Ceará e em uma escola da rede estadual de São Paulo, cuja ênfase, respectivamente, consiste nos seus aspectos metodológicos, de gestão escolar e de organização do trabalho docente, assim como na prática da coordenação pedagógica nesse processo. Já no segundo caso, dois outros trabalhos tomam por questão central o envolvimento da comunidade escolar no processo de autoavaliação (professores, funcionários e pais), um pautado em escola rural de educação básica, no município de São José dos Pinhais, estado do Pará (PA), e um segundo com base em escola de um município do estado do Paraná (PR). É importante sinalizar que este último estudo também visou à elaboração de uma proposta de intervenção escolar, via construção de um processo de autoavaliação para a escola básica, perspectiva rara de se identificar no conjunto de obras inventariadas, já que pouquíssimas são as referências propositivas, em contraste com um número expressivamente elevado de estudos tipicamente analíticos.

O último conjunto de trabalhos que trata a categoria “relações e práticas intraescolares” consiste em referências que se voltam para o exame da “atuação do

gestor e/ou de equipes de gestão”. Do modo unitário, um desses dois trabalhos se volta para a análise da “atuação do diretor da escola” no cotidiano desse espaço, visando identificar o paradigma que norteia sua prática de gestão, enquanto que um segundo busca analisar as dificuldades enfrentadas pela “equipe gestora”, também com base no cotidiano escolar. Apesar das diferenças de foco empírico, ambos os estudos são marcados pelo esforço de compreensão sobre o atual contexto da gestão/administração escolar, tomando-o enquanto realidade complexa e adensada por inúmeras dificuldades.

PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Os trabalhos reunidos na categoria “programas e projetos governamentais e não governamentais” (34; 26%) versam sobre as propostas e ações do poder público e da sociedade civil na esfera dos processos de gestão e de construção da autonomia da escola pública, discutindo a formação e capacitação de gestores, o provimento do cargo de direção, o financiamento escolar, as políticas educacionais, a parceria público-privado e, com baixíssima incidência de trabalhos, a municipalização do ensino e as propostas partidárias.

Nesta classe, a maior densidade de trabalhos localiza-se na subcategoria relativa à “formação e capacitação de gestores”, abarcando a sua realização inicial e continuada. Os estudos sobre a formação inicial de gestores escolares, também referendados como profissionais de educação para a administração, remetem à discussão sobre sua realização em âmbito superior, com foco tanto na graduação – nomeadamente em termos do curso de Pedagogia, em geral situando-a face às competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para esse curso – quanto nos cursos de pós-graduação *lato sensu* que oferecem especialização em Gestão Escolar, também a distância, neste último caso tratando do Programa de Capacitação a Distância de Gestores Escolares (Progestão), com base em sua primeira edição. Um único trabalho considera o exame de experiências de formação em serviço, analisando, ainda, o seu desempenho pedagógico. Já na esfera da formação continuada desses profissionais, registra-se um menor número de trabalhos, sinalizando, em larga medida, a pouca importância relativa dessa formação, não apenas na formulação de políticas a ela vinculadas, mas também enquanto objeto de estudo. Esses se pautam no relato de experiências junto aos conselheiros escolares, ou tomam por foco parcerias com universidades, também abordando essa formação sob a modalidade híbrida (a distância e presencial).

Outro grupo de trabalhos que também expõe quantitativo relativamente elevado nesta categoria discute o “provimento do cargo de direção”, na esfera das instituições escolares públicas. Um primeiro subconjunto de estudos trata dessa questão a partir de uma perspectiva teórico-conceitual, pautado na contextualização

desse tipo de provimento em meio às especificidades político-ideológicas do Estado contemporâneo brasileiro, assim como a partir da análise das diferentes modalidades de escolha adotadas por escolas pertencentes à rede pública municipal de ensino de Manaus, no estado do Amazonas (AM), e estadual de ensino do Acre (AC). Já um segundo subgrupo de trabalhos busca, de modo específico, situar a eleição de diretores de escolas da rede pública de ensino como um dos mecanismos participativos instituintes da gestão democrática escolar, de modo a discutir as motivações e visões que os eleitores têm sobre este processo, as suas implicações na esfera da elaboração do PPP, as possíveis comparações entre instituições que vivenciam as eleições diretas para o provimento deste cargo e as que não a adotaram e, ainda, os aspectos considerados relevantes em torno do aperfeiçoamento desse processo eleitoral.

Sucedem à subcategoria acima os trabalhos que se dedicam a questões relacionadas ao “financiamento escolar”, cujo foco encontra-se posto no exame dos impactos relativos à implementação de programas voltados para a descentralização dos recursos que servem ao financiamento dessas instituições: i) em âmbito do governo federal, nomeadamente o Fundescola, realizado em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação das regiões norte, nordeste e centro-oeste, e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ambos pertencentes ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também apoiados com financiamento do Banco Mundial (BM); e ii) na esfera dos governos municipais, como no caso do Programa de Descentralização: Repasse de Recursos Financeiros às Escolas Municipais (PDRF). As análises sobre o Fundescola contemplam tipicamente o exame de duas de suas ações – o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Projeto de Adequação dos Prédios Escolares (Pape) –, avaliando-as positivamente enquanto experiência que contribuiu para a construção da autonomia escolar e para o fortalecimento da gestão nos municípios, em especial em Maxaranguape, Natal e Taipu, localizados no estado do Rio Grande do Norte (RN), embora marcado por problemas vinculados à excessiva burocracia exigida para a liberação dos seus recursos. Por seu turno, o PDDE, programa que visa a transferência de recursos financeiros para as escolas públicas de ensino fundamental, criado pelo governo federal, em 1995, é também abordado do ponto de vista de sua repercussão local, com foco no município de Camaragibe, estado do Pernambuco (PE), e em quatro outras localidades do oeste do estado do Pará (PA). O único estudo que trata da descentralização em âmbito municipal, ou seja, que enfoca a relação entre a secretaria de educação e a sua rede de escolas, trata do PDRF, implantado, sob inspiração do PDDE federal, na rede municipal de ensino de Curitiba, estado do Paraná (PR), procurando cotejar a tradição da instituição escolar no manuseio dos recursos financeiros próprios e aqueles transferidos pelas diferentes instâncias do poder público.

As subcategorias “políticas educacionais” e “parceria público-privado” remetem, respectivamente, a trabalhos que analisam programas e projetos governamentais específicos na área da gestão/administração escolar e que examinam novas

formas de relacionamento entre o setor público e privado na promoção e gestão da educação. No primeiro caso, localizam-se os estudos que tomam por base o Projeto Escola Cidadã, da prefeitura de Porto Alegre (RS), privilegiando a análise dos conflitos, mediações e diálogos que marcaram a sua construção coletiva; o Projeto Escola Cabana, da prefeitura de Belém do Pará (PA), que examina, pela via da etnografia, as dificuldades enfrentadas para a sua implementação local e, ainda, o Pró-conselho, programa do MEC que articula, em âmbito nacional, a formação e capacitação de conselheiros municipais de educação. Por seu turno, o subtema “parceria público-privado” reúne trabalhos que situam as novas modalidades de gestão/administração da educação em meio à disseminação do ideário neoliberal, que levará à reforma do estado e à transferência de responsabilidades educacionais deste para a sociedade civil, nos marcos: i) da privatização do ensino, caracterizada, de um lado, pelo recuo da ação estatal no seu financiamento público e, de outro, pelo aprofundamento da adoção de mecanismos de mercado no sistema educativo; ii) das parcerias escola-empresa, a exemplo do que foi implantado nas administrações das escolas da rede pública urbana do município de Maringá (PR) e entre o município de Altamira (PA) e o Instituto Ayrton Senna; e, ainda, iii) da ação do voluntariado, especificamente em termos do projeto “Amigos da Escola”, iniciativa da Rede Globo que conta com financiamento de empresas públicas federais para a intervenção em escolas públicas, examinada a partir da experiência de escolas da rede pública estadual do Paraná.

Finalmente, duas outras subcategorias, unitárias, versam sobre a “municipalização do ensino” e as “propostas partidárias”, reunindo trabalhos, de um lado, que visa à discussão do processo gestor de duas secretarias municipais de educação em face da celebração de convênio com o Estado, caracterizado pela transferência de escolas, professores, funcionários e/ou alunos para a rede local, e de outro, que discute, pela via do exame dos programas e propostas político-partidárias para a gestão municipal, as orientações para essa rede municipal de educação em Campinas, estado de São Paulo (SP).

ESPAÇOS E CANAIS DE PARTICIPAÇÃO INTRAESCOLAR

Um terceiro agrupamento de trabalhos concerne à temática dos “espaços e canais de participação intraescolar”, denotando ser a segunda menor categoria em termos da incidência de referências publicadas em anais (11; 9%), com baixo grau de dispersão subtemática, uma vez que se desdobra em apenas duas subcategorias que objetivam o exame acerca, de um lado, do funcionamento institucional e político dos conselhos escolares, e, de outro, dos grêmios estudantis, neste último caso com baixíssima frequência.

Este baixo interesse de estudo dessas instâncias de participação na gestão da educação também se faz notar no âmbito dos colegiados externos à escola, vinculados aos sistemas de educação, como no caso dos Conselhos Estaduais de Educação

(CEE) e Municipais de Educação (CME) e, ainda, de Acompanhamento e Controle Social (Cacs). Caracteristicamente poucos, os estudos que se voltam para o exame da criação, implantação e funcionamento institucional e político desses órgãos visam ao exame da qualidade da participação sociopolítica no seu interior, nos termos dos seus graus e níveis (BORDENAVE, 1994), apontando problemas que se estendem desde a ingerência direta do poder público local às disputas entre os segmentos da sociedade civil que os compõem, implicando, com isto, a consideração de certo descrédito sobre as possibilidades de seu funcionamento regular e ao fato de poderem contribuir, conforme o esperado, para o processo de emancipação social local (SOUZA, 2006; SOUZA; VASCONCELOS, 2006), aspectos também recentemente identificados na esfera das pesquisas que tomam por alvo os Conselhos de Meio Ambiente (CMA) no Brasil, em especial municipais (SOUZA; NOVICKI, 2010).

A exemplo dos estudos que se voltam para os CME e para os Cacs, se identifica nos trabalhos sobre os “conselhos escolares” a preocupação central com as questões da participação da sociedade civil nos processos decisórios levados a efeito em seu interior e, com menor frequência, a respeito da percepção discente sobre esses órgãos e, ainda, sobre a necessidade de sua reconfiguração nos tempos atuais.

Em termos gerais, a questão da participação sociopolítica nos conselhos escolares é tomada pelos trabalhos em tela como essencial para a compreensão e construção de espaços democráticos, cuja experiência, para além dos muros da instituição escolar, contribui para a consolidação de uma cultura democrática de maior amplitude social, isto por envolver diversos autores sociais, tanto aqueles diretamente à frente dos processos educacionais formais, quanto pertencentes às comunidades atendidas pela instituição escolar. Tal ênfase se encontra posta em estudos qualitativos que tomam por base empírica escolas municipais, neste caso abarcando as localidades do Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR) e Recife (PE), ao lado daqueles que se inclinam ao exame desses órgãos na esfera das redes estaduais, nomeadamente de São Paulo, Pará e Rio Grande do Sul.

Grosso modo, há consenso entre esses trabalhos de que são muitos os desafios existentes em torno da participação social, seja na perspectiva de se aumentar a gama de representatividade em seu interior, de modo a incluir sujeitos de diferentes idades, saberes e gênero – embora se reconheça que quanto maior a quantidade de membros por categoria, menor as possibilidades de participação –, seja sinalizando para as tensões que marcam tal processo, particularmente em face da ingerência política de determinados órgãos pertencentes ao sistema local de educação, como, por exemplo, as secretarias de educação (SE).

Quanto aos processos decisórios levados a efeito nessas esferas colegiadas, é possível afirmar que os trabalhos classificados nesta subcategoria se caracterizam por buscar identificar a existência e o modo de seu deslocamento, tradicionalmente centrado na direção da instituição escolar, para a esfera coletiva, de modo a verificar a construção de uma gestão dita democrática. Nesta matéria, em função das especifi-

idades das realidades focadas e dos modelos teóricos e metodológicos empregados, esses estudos são unânimes ao afirmarem a existência de muitos obstáculos a essa construção coletiva, embora a considerem processual e necessária.

Dois outros subtemas que remetem aos conselhos escolares apontam, de um lado, a percepção discente acerca dessas instâncias e, de outro, a reconfiguração desses conselhos nos tempos atuais. No primeiro caso, a autora identifica que as percepções dos alunos entrevistados, embora amplas e desvestidas de conhecimento sobre a lei que cria esses conselhos, acenam para as potencialidades de participação dos mesmos nessas instâncias, enquanto que o segundo trabalho enfatiza que a reconfiguração dos conselhos escolares estudados se deve, em larga medida, às políticas de descentralização dos recursos financeiros.

Diferentemente dos trabalhos que versam sobre os “conselhos escolares”, o único estudo contido na subcategoria “grêmio estudantil”, que pondera a história do movimento estudantil secundarista e a estratégia reformista do Estado brasileiro a partir dos anos 1990, problematiza o seu papel na formação dos indivíduos, chamando a atenção para os processos de despolitização a que podem levar, assumindo, portanto, uma postura mais crítica em relação ao funcionamento sociopolítico desse espaço estudantil, em que pese o fato de denotar pouquíssimo interesse de investigação.

TEORIAS E CONCEITOS

Finalmente, a categoria “Teorias e Conceitos” reúne trabalhos coesos a um único subtema, se fazendo notar em virtude de sua baixíssima frequência nesta classe de documentos (6; 5%), caracteristicamente por intermédio de trabalhos de cunho teórico-conceitual, no sentido de visarem tanto a problematização de determinadas teorias, quanto a tematização de conceitos importantes na área.

Essa baixíssima incidência de estudos implica considerar que, no âmbito dos anais examinados, as discussões em torno de teorias e conceitos relacionados à temática central do levantamento realizado são pouco contempladas nos eventos correspondentes. Se, em particular, tal fato sinaliza a baixa expressividade que as reflexões sobre as fundamentações teórico-conceituais que orientam o pensamento na área assumem nesses eventos, sugerem, a um só tempo, que pode se tratar da expressão de uma tendência mais geral que marca a natureza dos estudos da área de gestão/administração da educação, qual seja, a de privilegiar a operacionalização de teorias e conceitos, em detrimento de sua problematização ou tematização propriamente dita.

De modo específico, os trabalhos associados a esta categoria visam ao exame das “concepções de gestão/administração da educação”, dos seus “paradigmas formativos”, e ainda do “vocabulário conceitual” empregado na área.

No primeiro caso, trata-se de trabalhos que se voltam para as concepções contemporâneas de gestão/administração escolar, com ênfase na perspectiva organizacional aplicada à área da educação; que concentram esforços analíticos sobre o

enfoque proporcionado pelo governo federal à questão da gestão democrática, com base nas políticas e nas propostas educacionais elaboradas, em específico, no período 1995-2002; assim como aqueles que elegem por objeto concepções particulares de gestão/administração educacional.

No que diz respeito aos “paradigmas formativos”, os trabalhos identificados se preocupam com a orientação proporcionada à formação do administrador escolar, atribuindo ênfase, de um lado, à perspectiva que o toma, antes de tudo, enquanto educador e, de outro, ao reconhecimento de que esta formação deve se dar a partir de múltiplas referências, nos termos de que as políticas públicas venham a contemplar em suas ações formativas qualificações articuladas às dimensões econômica, pedagógica, política e cultural, coerentemente ao contexto no qual o exercício da gestão/administração da educação concretamente ocorrem. Um último subgrupo, com frequência unitária de trabalhos, discute o conceito de poder, em torno do qual alinha as perspectivas de autonomia, controle, democracia, democratização, burocracia, participação, democratização, descentralização, municipalização e liderança, de modo a também poder identificar as suas variantes conceituais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retrospectivamente, é possível afirmar que o conjunto de estudos analisados permite a visualização de determinadas questões/problemas que perpassam os processos de gestão, de construção da autonomia escolar e de funcionamento dos seus órgãos colegiados, nomeadamente em função da qualidade, em geral, da descentralização da gestão e do seu financiamento local e, em particular, da participação da comunidade interna e externa à escola nos seus espaços colegiados.

Entretanto, preponderam abordagens não necessariamente críticas sobre a descentralização e a participação sociopolítica, pois frequentemente ocorre a associação direta entre descentralização, democracia e participação social, como se houvesse uma mútua e imediata dependência entre essas dimensões, o que leva alguns autores, mediante a identificação empírica de um ou outro desses aspectos, a considerar os demais implicitamente presentes nos seus contextos de pesquisa. Em contrapartida, enfoques marcados por maior criticidade refletem o entendimento de que tanto a descentralização quanto a participação sociopolítica dependem sobremaneira da qualidade da relação entre os entes federados (União, estados e municípios), entre esses e seus respectivos organismos (por exemplo, secretarias, conselhos, unidade escolares) e, ainda, entre esses mesmos entes e organismos e a sociedade civil (professores, pais de alunos e demais segmentos sociais).

Na esfera das relações e práticas intraescolares sobressai transversalmente o entendimento de que a participação pode assegurar ganhos tanto para o aprimoramento da experiência democrática no interior da escola quanto propriamente benefícios pedagógicos. Tal valor se faz notar, por exemplo: no processo de implantação de

medidas ditas democratizantes da gestão escolar, cujos trabalhos recorrentemente enfocam a constituição dos mecanismos de participação internos à escola; na elaboração e desenvolvimento do PPP, já que é tomado como capaz de contribuir para o empoderamento da comunidade escolar; no planejamento educacional, levando em conta as predisposições e ações advindas dos diversos atores sociais envolvidos com os processos de microrregulação local da educação; no estreitar dos vínculos entre escola e pais de alunos, sinalizando sua crescente visibilidade no cotidiano escolar; e, ainda, na construção coletiva do conhecimento sobre o processo de avaliação institucional, que coloca em pauta o envolvimento da comunidade educacional.

Os estudos que se voltam para o exame dos programas e projetos governamentais e não governamentais expõem, por sua vez, questões/problemas que, de modo direto ou indireto, remetem ao fenômeno da descentralização da educação no Brasil, nem sempre sob perspectiva crítica, quer em virtude da atenção conferida aos processos de eleição de diretores de escolas da rede pública de ensino, tomados como uma das expressões concretas da gestão democrática; quer pela natureza da abordagem proporcionada à questão do financiamento da educação, que trata da implantação de programas articulados ao deslocamento de recursos e responsabilidades centrais em relação às unidades escolares e aos sistemas estaduais e municipais de educação; quer nos casos em que são destacadas as ações educacionais tanto coletivas e organizadas da sociedade civil (fundações e empresas), quanto individuais (voluntariado).

Constatou-se ainda que o tema relativo aos espaços e canais de participação intraescolar privilegia, sobremaneira, o exame dos conselhos escolares, embora com menor criticidade em relação aos poucos estudos que versam sobre os grêmios estudantis. Naquele caso, os conselhos escolares são defendidos enquanto espaços que, necessariamente, favorecem o desenvolvimento de uma formação humana pluralista e criativa, isto em virtude de congregar corpo docente, discente e funcionários escolares, além de pais e a comunidade em geral. Em outras palavras, nesses estudos os conselhos são imediatamente associados à ideia de amadurecimento das práticas democráticas, não apenas escolares, mas, sob uma perspectiva de maior amplitude, da sociedade, motivo pelo qual visam à identificação de aspectos teóricos, legislativos e empíricos que confirmem ou reafirmem a sua existência local.

Por fim, observa-se também a escassez de trabalhos atinentes às discussões teóricas e conceituais relacionadas à temática em questão, especialmente manifesta na ausência de trabalhos que abordem, por exemplo, concepções presentes nas políticas públicas de educação, sobretudo nas esferas estadual e municipal, ou que problematizem o conceito de formação do gestor/administrador nos paradigmas educacionais que orientam as ações governamentais neste campo, bem como que tratem conceitualmente a gestão/administração educacional, temas ainda caros para essa área, entre tantos outros.

De um modo ou de outro, os trabalhos em tela expõem elevado vigor investigativo, por intermédio do qual se manifesta uma marcante disposição em

relação ao entendimento da realidade educacional do país e ao acompanhamento da concretização de princípios democráticos propugnados pela Constituição Federal de 1988, devendo ser alvo permanente de estudos mais aprofundados e de maior especificidade.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-458, 2002a.

_____. Relações federativas nas políticas sociais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, set. 2002b.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 out. 1988.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 95).

CALDERÓN, A. I.; MARIM, V. Educação e políticas públicas: os conselhos municipais em questão. *Teias – Revista da Faculdade de Educação da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 39-47, jul./dez. 2002.

_____. Participação popular: a escola como alvo do terceiro setor. In: SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. *Desafios da educação municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 211-231.

CASASSUS, J. *Tarefas da educação*. Campinas: Autores Associados, 1995. (Coleção Educação Contemporânea).

GOHN, M. da G. O novo associativismo e o Terceiro Setor. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 58, p. 9-23, nov. 1998.

_____. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001. 120 p. (Coleção Questões da Nossa Época, 84).

_____. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GONÇALVES, R. A. O financiamento da educação: um sistema em desequilíbrio. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 103, p. 14-52, mar. 1998.

JACOBI, P. R. *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2002.

_____. Participação, cidadania e descentralização: alcances e limites da engenharia institucional. In: SOUZA, D. B. de. (Org.). *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 115-130.

MARTINS, A. M. *Autonomia da escola: a (ex) tensão do tema nas políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. (Org.). *Estado da Arte – gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008)*. Brasília: Líber, 2010 (no prelo).

MENEZES, R. M. Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira. *Em Aberto*, Brasília, v. 18, n. 74, p. 58-71, dez. 2001.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

- NOGUEIRA, M. A. A dimensão política da descentralização participativa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 8-19, jun./set. 1997.
- PAZETO, A. E.; WITTMANN, L. C. Gestão da escola. In: WITTMANN, Lauro Carlos; REGINA, Vinhaes Gracindo (Coord.). *O Estado da Arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997*. Brasília/Campinas: Anpae/Autores Associados, 2001, p. 257-272.
- PERONI, V. M. V. *Política educacional e papel do Estado*. São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). *Público e privado na educação: novos elementos para o debate*. São Paulo: Xamã, 2008, p. 111-127.
- REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/23reuan.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 24., 2001, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/progr24.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 25., 2002, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/25ra.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 26., 2003, Poços de Caldas. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 27., 2004, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/inicio.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 28., 2005, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/28/inicio.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 29., 2006, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 30., 2007, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- _____, 31., 2008, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/inicio.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2009.
- SAVIANI, D. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 69, p. 119-136, dez. 1999.
- SCHEINVAR, E.; ALGEBAILLE, E. A. *Conselhos participativos e escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 20., 2001, Salvador, *Anais...* [s/l]: ANPAE, 2001. 1 CD-ROM.
- _____, 22., 2005, Rio de Janeiro, *Anais...* Niterói: ANPAE, 2005. 1 CD-ROM.
- _____, 23., CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO, 5., COLÓQUIO IBERO-AMERICANO, 1., 2007, Porto Alegre, *Anais...* Niterói: ANPAE, 2007. 1 CD-ROM.
- SOUZA, C.; CARVALHO, I. M. M. de. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 187-212, 1999.

SOUZA, D. B. de. Os conselhos de acompanhamento e controle social: tendências municipais In: _____. (Org.). *Acompanhamento e controle social da educação: os fundos e programas federais e seus conselhos locais*. São Paulo: Xamã, 2006, p. 75-98.

SOUZA, D. B. de; NOVICKI, V. . *Conselhos municipais de meio ambiente: estado da arte, gestão e educação ambiental*. Brasília: Líber, 2010 (no prelo).

SOUZA, D. B. de; VASCONCELOS, M. C. C. *Os conselhos municipais de educação no Brasil: um balanço das referências nacionais (1996-2002)*. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 14, n. 50, p. 39-56, jan./mar. 2006.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Líber Livro, 2007.

📧 DONALDO BELLO DE SOUZA realizou pós-doutorado em Política e Administração Educacional pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (FPCE) da Universidade de Lisboa (UL); doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); pesquisador visitante da Fundação Carlos Chagas (2009-2010) e professor adjunto no Departamento de Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação (Depag) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: donaldosouza@hotmail.com.

*Recebido em junho de 2010.
Aprovado em setembro de 2010.*